

# Clima, última trincheira do multilateralismo<sup>1</sup>

Winston Fritsch<sup>2</sup>

A teoria dos jogos, que estuda interações estratégicas entre agentes racionais, oferece uma estrutura poderosa para argumentar que o multilateralismo pode ser superior ao nacionalismo, especialmente em contextos de bens públicos globais, como o clima, comércio e segurança.

No contexto da teoria dos jogos, o multilateralismo pode ser visto como um mecanismo institucional que transforma jogos de soma não nula (como o chamado dilema do prisioneiro, em que dois jogadores têm incentivo individual para trair, mesmo que cooperar fosse melhor para ambos) em jogos cooperativos sequenciais, nos quais a cooperação se torna racional, sustentável e, sob certos critérios objetivos, ótima. Neste contexto, o nacionalismo pode ser visto como uma “traição ao coletivo”, pois prioriza ganhos imediatos para o país isolacionista.

Em jogos como o do clima, envolvendo o uso de recursos comuns (no caso, a atmosfera), o exemplo clássico da superioridade da colaboração é a chamada “tragédia dos comuns”, na qual cada agente explora ao máximo o recurso comum em benefício próprio. Neste caso, a ação individual é oportunista, um exemplo clássico de “free riding” (carona), e gera ineficiência na exploração e o eventual colapso da produtividade do recurso comum.

Por outro lado, a cooperação multilateral com regras definidas de exploração do recurso comum evita o colapso, se sustentada por compromissos verificáveis e punições para desvios. Isso não é “achismo”. É teoria econômica da melhor qualidade, que rendeu à americana Elinor Ostrom o primeiro Nobel de Economia conferido a uma mulher, em 2009.

Entretanto, nos temas de comércio e segurança, coalizões dominantes em favor da solução cooperativa ótima, embora possíveis, são muito mais difíceis de se formar. Foi possível, por sorte, após a Segunda Guerra Mundial, quando a paz e a reconstrução eram inquestionavelmente o objetivo central de todos depois de grande instabilidade econômica e duas devastadoras guerras mundiais em uma geração, criar-se a ONU, acompanhada pelas instituições de Bretton Woods e as bases do que viria a ser a OMC, sob incontestável liderança americana.

Entretanto, esta arquitetura multilateral - esboçada na Declaração da Nações Unidas de 1942 e cristalizada na Carta da ONU, em 1945, assinada por apenas 51 países ou impérios coloniais - foi desenhada num mundo em que os Estados Unidos tinham absoluta liderança econômica e eram aliados da União Soviética, a bomba atômica ainda não havia sido usada contra o Japão e nem a Guerra Fria havia ainda evoluído para os graves conflitos militares na Ásia. Um outro mundo.

<sup>1</sup> Artigo publicado em Valor Econômico. Disponível em:

<https://valor.globo.com/opiniao/coluna/clima-ultima-trincheira-do-multilateralismo.ghml> Acessado em 09.05.2025

<sup>2</sup> Empresário e consultor, PhD em Economia pela Universidade de Cambridge, e foi Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda.

Com o fim dos impérios, hoje a ONU tem 191 países independentes como membros plenos, a economia mundial é integrada e multipolar, o muro de Berlim caiu, a China integrou-se às principais organizações multilaterais, arsenais atômicos proliferaram, a difusão da tecnologia da informação vem afetando drasticamente a guerra convencional, tornando fluido o conceito de supremacia militar, e a economia americana, embora crucial na esfera financeira, é muito menos importante para o resto do mundo.

Ou seja, a atual configuração de poder cria um dilema nas áreas de comércio e segurança: tanto é literalmente impossível aos EUA imporem unilateralmente uma nova arquitetura multilateral, como também é formar-se uma coalizão dominante em defesa do multilateralismo nas esferas do comércio e da segurança internacionais que responda coesa e tempestivamente à guinada nacionalista americana. A resposta da Europa, por exemplo parece ser negociar tarifas bilateralmente e se remilitarizar.

Em um contexto em que os EUA continuem a ignorar os perigosos efeitos de sua insana e preocupante guinada negacionista sobre o planeta, seria imperativo tentar organizar uma Coalizão pelo Clima com os países do G7 que sirva de contraponto à posição do governo americano

Mas isso não é verdade na questão do clima. A redução tempestiva do aquecimento, acordado como consenso no Rio em 1992 e repactuado multilateralmente com metas explícitas e baseadas na ciência em Paris em 2015, é um acordo que conta agora com regras claras e que requerem medidas urgentes, cuja implementação é revista anualmente nas COPs.

Embora a maioria dos países em desenvolvimento esteja consciente e engajada em apoiar ações multilaterais necessárias para o “net zero”- afinal, muitos deles são os que mais sofrem as consequências da mudança do clima e os que menos tiveram responsabilidade sobre o problema do aquecimento global - seus recursos domésticos não são suficientes para pagar a conta. A transição nestes países depende necessariamente de financiamentos públicos e que incentivos multilaterais sejam dados a investidores privados que só o G7 - o núcleo dominante das economias capitalistas - e a China poderiam fornecer.

Felizmente, estes países são tradicionalmente ativos participantes no Acordo de Paris e adotam - embora com graus diferentes de velocidade - políticas consistentes para a descarbonização de suas economias. Entretanto, o fato de que os EUA tenham passado recentemente a adotar posturas formalmente negacionistas sobre a questão do clima causa grande preocupação, pois o governo americano influencia decisivamente a política de vários grandes órgãos financeiros multilaterais e regula os agentes do maior mercado de capitais do mundo. Sem a colaboração ativa dessas instituições, a batalha do financiamento da transição dos países em desenvolvimento, crucial para o atingimento dos objetivos do Acordo de Paris, estará perdida.

Esta terrível possibilidade tem consequências para o Brasil que, como presidente da COP 30, tem o dever de viabilizar a “Meta Financeira de Baku”, decidida na última COP, de canalizar US\$ 1,3 trilhão anuais em financiamento climático para os países em desenvolvimento em 2035.

Em um contexto em que os EUA continuem a ignorar os perigosíssimos efeitos de sua insana e preocupante guinada negacionista sobre o planeta, seria imperativo tentar organizar uma Coalizão pelo Clima com os outros países do G7 que sirva de contraponto à posição do atual governo americano, que conta com importante oposição política interna.

Trata-se de iniciativa diplomática que só depende de vontade política do governo brasileiro de usar o capital político que conseguiu ao reconstruir posição de inegável protagonismo internacional na área do clima. Além disso, agindo rápido, aproveitaria a oportunidade de que o próximo encontro do G7 em meados de junho próximo será presidido pelo Canadá, que acaba de eleger um primeiro-ministro ]que tem impecável currículo na defesa da ajuda financeira aos países em desenvolvimento como elemento

crucial da transição global.

E, dados os benefícios da transição ao baixo carbono para a economia brasileira, com sua matriz elétrica quase totalmente livre de fósseis, enormes oportunidades na agricultura tropical de baixo carbono e em vários outros setores, a defesa do multilateralismo seria, no caso do Brasil, totalmente alinhada ao interesse nacional.